

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 605 - Brasília, terça-feira, 9 de dezembro de 1997



Ao lado de Suassuna, Antonio Carlos visita a Comissão de Orçamento e cumprimenta os parlamentares pelo esforço realizado na apreciação da proposta

## Comissão aprecia hoje lei para os planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais aprecia hoje o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que regulamenta os planos de saúde. O relator, Sebastião Rocha, sugere emendas supressivas. O tema foi abordado em plenário por Casildo Maldaner e Romero Jucá. **Pág. 8**



Maldaner sugere uma comissão para examinar o substitutivo

## Congresso deve votar Orçamento na quinta

*Termina hoje o exame do relatório final na comissão. Pela primeira vez, nos últimos anos, lei orçamentária é apreciada no prazo*

Pela primeira vez, nos últimos anos, o Orçamento da União será entregue ao Executivo dentro do prazo constitucional - 15 de dezembro. O anúncio foi feito pelo presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, ao visitar a Comissão Mista de Orçamento na tarde de ontem. O

senador cumprimentou os parlamentares pelo esforço realizado e marcou para esta quinta-feira sessão do Congresso destinada a votar a lei orçamentária. Hoje, a comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna, deverá concluir a apreciação do relatório final, iniciada ontem. **Página 5**

## Em pauta, indicação de autoridades

Comissão de Infra-Estrutura aprecia nomes propostos para a diretoria da Aneel, enquanto a de Relações Exteriores analisa indicação de diplomatas. **Página 3**

## Jucá sugere projeto da TR na convocação

Senador faz apelo no sentido de incluir na pauta da convocação extraordinária o projeto de lei que acaba com a TR nos contratos habitacionais. **Pág. 3**

## Hollanda quer flexibilizar leis trabalhistas

Preocupado em banir da economia brasileira "o fantasma do desemprego", senador sugere uma revisão da legislação trabalhista. **Página 7**

Rocha é o relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais



## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Antonio Carlos Magalhães**

**10h30** - Senhor Walter Moreira Saines Filho e senhor Nelson Pereira dos Santos.

**11h30** - Deputado Geraldo Magela, presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, acompanhado dos presidentes dos legislativos Estaduais.

**15h30** - Presidência sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

**18h30** - Festividade de abertura do Natal do Senado. Salão Negro do Congresso Nacional.

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

*Hora do Expediente* - será dedicado a homenagear a Marinha, pelo transcurso de seu dia (Requerimento nº 790/97, do senador Romeu Tuma e outros).

*Oradores inscritos*: Romeu Tuma e Ney Suassuna

Pauta: "PLC nº 67/97 - dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira"; "Projeto de Resolução nº 165/97 - autoriza o governo do estado de Minas Gerais a elevar temporariamente os seus limites de endividamento para realizar emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LTMG), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vinculável no 1º semestre de 1998." "Projeto de Resolução nº 160/97 - autoriza o governo do estado de São Paulo a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTSP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em dezembro de 1997." "PDL nº 62/97 - aprova o texto do acordo relativo à readmissão de pessoas em situação irregular, celebrado entre o governo da República do Brasil e o governo da República Francesa; terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho." "Projeto de Resolução nº 153/97 - autoriza a prefeitura municipal de Anchieta - ES a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de trezentos e cinquenta mil reais, cujos recursos, onduados do FGTS, serão destinados à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta, naquele município." "Projeto de Resolução nº 166/97 - autoriza a União a celebrar contrato de financiamento com a empresa húngara Medcor Comercial SA, no valor de cinquenta milhões de dólares norte-americanos, destinados às Organizações Militares da Saúde do Ministério do Exército." "Mensagem nº 152/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Oto Agripino Maia, ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer a de embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto." "Mensagem nº 178/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Helder Martins de Moraes, ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, às Repúblicas de Seychelles, Tanzânia, Madagáscar e Reino da Suazilândia." "Mensagem nº 179/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Bernardo Francis Neto, ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Paraguai, e "Mensagem nº 185/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Guilherme Fausto da Cunha Bastos, ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

### COMISSÕES

**10h** - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Jacoias de Aguiar e do senhor Luciano Pacheco Santos para comporem a primeira diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h** - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação do Relatório Final ao Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1998. Plenário nº 2 do Anexo III da Câmara dos Deputados

**10h** - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Requerimento nº 25/97 -" "Requerimento nº 26/97 -" "PLC nº 46/97 - dispõe sobre a apresentação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;" "PLC nº 44/97 - dispõe sobre a inclusão no rito processual da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, das liquidações do Banco de Fomento S/A - Banfomeira, e da Companhia Univas Nacionais - CUN, e "Ofício 'S' nº 92/97 - encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais para contratar operação de crédito junto à Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, no valor de R\$ 9.264.666,46, cujos recursos serão destinados à execução de programas na área do desenvolvimento econômico social do estado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h** - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "PLS nº 93/93 - proibe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**17h30** - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Márcio Paulo de Oliveira Dias, ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

**18h30** - Comissão Especial da Programação de Rádio e TV

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

**Quarta-feira (10.12.97)**

**14h30** - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

*Hora do Expediente* - será dedicado a comemorar o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Requerimento nº 383/97, da senadora Benedita da Silva e outros)

*Oradores inscritos*: Benedita da Silva, Julio Campos, Sebastião Rocha, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e Abdias Nascimento

Pauta: "PLC nº 39/96 - acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e quarto dia de discussão da PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição pertinentes à Justiça do Trabalho Quinta-feira (11.12.97)

**14h30** - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

*Hora do Expediente* - será dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte (Requerimento nº 332/97, do senador Francelinei Pereira e outros)

*Oradores inscritos*: Francelinei Pereira e Júlia Marise

Pauta Quinto e último dia de discussão da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho;" "Requerimento nº 1.024/97 - o senador Romeu Tuma solicita tramitação conjunta do PLC nº 102/96 com o PLS nº 187/97, por versarem sobre legitimação para causas perante os juzados especiais cíveis;" "Requerimento nº 1.027/97 - o senador Edison Lobão solicita a retirada do PLS nº 83/97, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972/69, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista;" "Requerimento nº 1.082/97 - o senador Lúcio Alcântara solicita tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 128 e 209, de 1995, por versarem sobre programas de construção de habitações populares;" "PLC nº 35/97 - concede pensão especial a Gelson José Braz;" "Projeto de Resolução nº 126/97CN - institui o Prêmio Cruz e Souza

**Sexta-feira (12.12.97)**

**9h** - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Pauta: "PDL nº 90/97 - aprova o texto do Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe;" "PDL nº 91/97 - aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos;" "PDL nº 92/97 - aprova o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Polónia;" "PDL nº 101/97 - aprova o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana;" e "PDL nº 103/97 - aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre Brasil e Alemanha

**COMISSÕES**

**Quarta-feira (10.12.97)**

**11h30** - Comissão Especial Habitat 2

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h** - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 181/97 - autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas;" "PEC nº 15/95 - acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição federal;" "PEC nº 2/95 - altera dispositivos que menciona da Constituição federal;" "PEC nº 52/95 - suprime o parágrafo 199, que vedava a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país;" "PEC nº 11/96 - altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal;" "PLS nº 230/95 - dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring;" "PLC nº 107/96 - altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamentou o art. 236 da Constituição federal, dispõe sobre serviços rotacionais e de registro;" "PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar;" "PLC nº 103/96 - altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos;" "PEC nº 64/95 - dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal;" "PLS nº 65/97 - altera artigos da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992;" "PLC nº 32/97 - altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e "PEC nº 32/96 - altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h** - Comissão Especial para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h** - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação da "PLC nº 100/96 - dispõe sobre o serviço voluntário;" "PLS nº 146/97 - dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares;" "PLS nº 328/95 - dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico;" "PLS nº 332/95 - dispõe sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação (CICs); e "PLS nº 85/97 - acrescenta dispositivos ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**Quinta-feira (11.12.97)**

**10h** - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública - exposição do ministro de Estado da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira

Assunto - "PEC nº 41/97 - modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

**17h30** - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, acerca dos possíveis efeitos da Lei nº 1.064, recém-promulgada na República do Paraguai, bem como da posição adotada pelo governo brasileiro em relação ao assunto. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

## Simon propõe a avaliação periódica de embaixadores

Projeto apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) determina que os chefes de missões diplomáticas de caráter permanente deverão comparecer ao Senado, a cada dois anos, para prestar contas de sua atuação. Conforme a medida, o Ministério das Relações Exteriores, mediante entendimento com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estabelecerá um rodízio para esse comparecimento.

A proposição está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

e, depois, seguirá para a Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde será apreciada em caráter terminativo. O projeto determina ainda que o Tribunal de Contas da União deverá realizar uma auditoria prévia em cada missão diplomática, a tempo de fornecer ao Senado relatório detalhado a respeito.

Simon lembra, na justificativa do projeto, que compete privativamente ao Senado aprovar previamente a indicação dos embaixadores, mas, conforme acentua, "a

interveniência do Poder Legislativo vai somente até a aprovação dessa escolha ou pouco além", já que a legislação não prevê uma forma de avaliação do desempenho do chefe da missão diplomática.

- Daí, a meu ver, terem surgido numerosas irregularidades, quando de auditorias executadas pelo TCU, em algumas das represen-

*Projeto prevê a vinda dos chefes de missões diplomáticas ao Senado, a cada dois anos*

tações brasileiras no exterior, em passado presente. Entretanto, mais que exercer o controle sobre a correta aplicação de recursos e sobre a guarda dos bens colocados à disposição dessas representações, necessária se faz uma avaliação periódica do desempenho da missão que é confiada aos nossos representantes junto aos diversos países e organismos internacionais - argumenta o senador.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães

**1º Vice-Presidente:** Geraldo Magalhães

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise

**1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio

**3º Secretário:** Flaviano Melo

**4º Secretário:** Lucidônio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluço Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita**

**Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios**

**Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos**

**Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade**

*Aprovada terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria terá uma apreciação mais rápida na Câmara se entrar na pauta, argumenta o senador*

## Jucá quer incluir fim da TR na convocação



Ignácio: diferenças nada sutis

### Projeto diferencia crimes sexuais

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto modificando a lei que pune o atentado violento ao pudor, para reduzir a pena de um a dois terços quando não houver vestígio de violência contra a vítima. O senador disse que a atual norma fixa uma punição que fere o princípio da proporcionalidade, além de equiparar esse crime ao estupro.

José Ignácio explicou que o estupro é o "ataque, mediante violência ou grave ameaça à liberdade sexual da mulher", enquanto o atentado ao pudor apresenta características menos evidentes, "no que se refere à pluralidade de manifestações que a conduta libidinoso pode configurar, e à ambigüidade dessas manifestações".

Conforme José Ignácio, "o beijo pode redundar num processo de profunda lascívia ou na demonstração de afeto. O toque corporal tanto pode significar um gesto tendente a satisfazer o impulso sexual do agente, como uma forma de transmitir sentimentos mais íntimos". Ele pede que se respeite a proporcionalidade da sanção dentro do amplo espectro de atos de libidinagem existentes.

Apresentando essas hipóteses, José Ignácio apontou a dificuldade de condenar-se a no mínimo seis anos de reclusão tanto o homem que constrange a mulher à prática da conjunção carnal quanto aquele que lhe deu um beijo sensual. Na opinião do senador, isso "é desconhecer a diferença da estrutura existente entre o estupro e o atentado violento ao pudor, nivelando-os em sua gravidade social". O projeto foi enviado à CCJ.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) fez um apelo ontem no sentido de que o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que elimina a TR dos processos de reajustes de ativos e passivos do governo federal seja incluído na convocação extraordinária do Congresso Nacional, em janeiro próximo, para que a matéria tenha tramitação mais rápida na Câmara dos Deputados.

Ele disse que a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos, ao aprovar, em caráter terminativo, o projeto que estabelece aquela exclusão "é da maior importância para a



Romero Jucá aponta distorções busca do equilíbrio das contas públicas, porque a indexação pela TR está levando a um superdimensionamento da correção em alguns casos".

- Em meu relatório, demonstrei que desde o início do Plano Real, de julho de 94 até agora, a TR acumulou variação de 83%, enquanto o custo de vida, a inflação, ficou em 55,5%. Este fato tem levado o governo a um descompasso no reajuste de seus passivos, no FGTS e nas dívidas do FCVS - afirmou.

### POUPANÇA

Romero Jucá disse que, por outro lado, o projeto de Serra se preocupou em que, no caso dos rendimentos da poupança, também reajustada pela TR, esse tipo de investimento não perca atrati-

vos e condições de competitividade. "Criamos condições para o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovar um diferencial de juros, além de meio por cento da caderneta de poupança, para fazer frente à competitividade e necessidade de se incrementar o setor", acrescentou.

O senador pediu o registro nos Anais da Casa do artigo do senador José Serra publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título "Entre o Chique e o Brega", que trata da substituição da TR.

## Comissões têm pauta extensa esta semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), estará votando, a partir das 10h de hoje, entre outras matérias, projeto de lei oriundo da Câmara que dispõe sobre as liquidações do Banco de Roraima (Banroraima) e da Companhia Usinas Nacionais (CUN).

Também às 10h de hoje, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai votar a indicação dos nomes de Jaconias de Aguiar e Luciano Pacheco Santos para compor a primeira diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O presidente em exercício da comissão é o senador Freitas Neto (PFL-PI).

À tarde, a Comissão de Relações Exteriores estará reunida às 17h30, para apreciar o nome do diplomata Márcio Paulo de Oliveira Dias para o cargo de embaixador do Brasil junto ao governo da Bélgica. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) preside interinamente a comissão.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo senador Ber-

nardo Cabral (PFL-AM), reúne-se amanhã, às 10h, para apreciar diversas matérias, entre elas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar. O projeto tem parecer favorável

### Comissões especiais reúnem-se amanhã para tratar de programação de rádio e TV e do desenvolvimento do Nordeste

do senador Edison Lobão (PFL-MA).

Constam ainda da pauta dois projetos de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS): um que autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-presidente Getúlio Var-

gas, para votação em turno suplementar, e outro que altera dispositivo do Código de Processo Penal. A CCJ deverá analisar ainda o projeto de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS) que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring.

A Comissão de Justiça reúne-se ainda na quinta-feira (dia 11), em audiência pública com a presença do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, que falará sobre a PEC 41/97, que dispõe sobre a reforma administrativa. O ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, o professor da Faculdade de Direito da

PUC Celso Bandeira de Mello e o procurador do Banco Central, Erasto Villa-Verde Filho, foram convidados para a audiência.

Amanhã, às 17h30, a CAE ouvirá exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, acerca dos possíveis efeitos de lei recém-promulgada pelo Paraguai no mercado brasileiro.

### PROGRAMAÇÃO

A comissão que estuda a programação de rádio e TV do país, cujo presidente é o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), fará sua reunião amanhã, às 18h30, para apreciar o relatório final.

Ainda amanhã, duas comissões temporárias irão discutir e votar seu relatório: a Comissão Especial para o Desenvolvimento do Nordeste, sob a presidência do senador Beni Veras (PSDB-CE), que se reúne às 10h, e a comissão sobre o Habitat 2, cujo presidente é o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) e tem reunião marcada para as 10h



Lobão é o relator do projeto sobre jogos de azar

*Proposta de Jefferson especifica documentos que devem compor as contas do governo e os respectivos relatórios a serem apresentados, anualmente, pelo presidente da República*

## Contas do Executivo podem ter novo rito

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) encaminhou projeto de lei que regulamenta a apresentação, o julgamento e a apreciação das contas que devem ser prestadas anualmente pelo presidente da República, como prevê a Constituição federal. A proposta será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

De acordo com o senador, nos últimos anos têm sido detectadas deficiências e inadequações nos relatórios apresentados pelo Poder Executivo, impedindo que o Congresso avalie devidamente a

execução das ações governamentais. "Estamos conscientes da urgente necessidade da regulamentação proposta, diante da forma pouco produtiva com que o Poder Legislativo vem exercendo sua função fiscalizadora", afirmou.

O projeto de lei, segundo o senador, fixa diretrizes mais claras quanto ao conteúdo, à estrutura e à abrangência das contas prestadas, visto que a legislação vigente refere-se ao tema de forma vaga e imprecisa. A proposição especifica os documentos que devem compor as contas do governo e os respectivos relatórios a serem apresentados pelo pre-

sidente da República.

A matéria estabelece que, além de demonstrativos da posição financeira e orçamentária das operações de cada Poder, serão cobrados os dados do balanço geral da União e a análise dos resultados alcançados. "Feita da forma preconizada na presente proposta, a prestação de contas poderá atuar efetivamente como elemento inibidor da corrupção e impeditivo da impunidade", argumentou.

O projeto de Jefferson Péres também distingue as matérias que devem ser submetidas a julgamento daquelas a serem apenas apreciadas pelo



Jefferson: rigidez na fiscalização

Congresso, estabelecendo os critérios para aprovação ou rejeição das contas prestadas.

## Empresas privadas que contratam com governo podem ser fiscalizadas

Projeto de lei encaminhado à tramitação pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) atribui aos tribunais de contas competência para fiscalizar os registros contábeis das empresas contratadas para a execução de obras e serviços para o setor público, no que diz respeito às contratações já realizadas. Simon esclarece que o objetivo do projeto é combater a corrupção. A matéria será apreciada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A legislação atual atribui competência aos tribunais de contas para que fiscalizem somente os órgãos e entidades da administração pública, ficando de fora dessa investigação o contratado particular. Para Pedro Simon, essa situação torna impossível a avaliação dos dados de ambos os contratantes, que, segundo ele, são necessários "à formação de



Simon diz que proposta ajudará no combate à corrupção

um juízo seguro de convicção de determinados atos ou fatos".

- É comum e tranqüila a fiscalização das empresas privadas no tocante ao cumprimento das obrigações fiscais pelos auditores da Secretaria da Receita Federal. Então, por que motivo não poderia o Tribunal de Contas, órgão constitucionalmente criado para o controle das empresas públicas, fiscalizar a estrutura das empresas, apenas no que tange às contratações com o governo? - questiona Simon.

De acordo com o projeto, as empresas privadas contratadas são obrigadas a manter e colocar à dis-

posição dos tribunais de contas toda a documentação contábil, fiscal, comercial e bancária necessária às contratações feitas, sob pena, em caso de sonegação ou recusa, de aplicação de multa diária até o cumprimento dessa determinação.

Simon destaca que é preciso agir com todo o rigor contra o corruptor: "Assim fazendo, estaremos atuando em favor de 95% ou mais dos empresários brasileiros. Estaremos dando força àquele empresário que é sério e que tem, no corruptor, alguém que o impede de trabalhar com dignidade".

## Freitas quer celular público em rodovias

Projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI) que estende o serviço de telefonia celular ao uso público em rodovias e comunidades rurais foi encaminhado terminativamente à Comissão de Infra-Estrutura (CI), presidida interinamente pelo próprio senador piauiense. Caso seja aprovado, será enviado ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposta acrescenta à Lei 9.295, aprovada em julho de 1996 pelo Congresso Nacional, a obrigatoriedade de as concessionárias do serviço móvel celular destinarem 1% da sua disponibilidade para telefones de uso público, implantados em rodovias, pontos de convergência e comunidades rurais, fora da área de atendimento da rede fixa.



Freitas: comodidade nas estradas



Benedita: privatização desastrosa

## Venda da CSN leva crise a Volta Redonda

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) alertou para a necessidade de que sejam encontradas alternativas capazes de abrandar a crise que está vivendo o município de Volta Redonda (RJ) depois da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Conforme a senadora, Volta Redonda sempre teve na CSN um pólo gerador de riquezas, e os reflexos da política adotada pela empresa pós-privatização foram desastrosos.

- Isso gerou demissões em massa, contenção salarial e investimentos em outros setores. Além disso, o número de trabalhadores altamente qualificados que foram desligados da CSN, como é o caso dos seus engenheiros, vem aumentando nos últimos anos, desencadeando uma série de fatores negativos como perda de mão-de-obra especializada, perda prematura da memória técnica das empresas, redução do ativo humano e desmotivação para encarar novos desafios - assinalou.

Segundo Benedita da Silva, a realidade de Volta Redonda é que, a partir das demissões e da contenção salarial praticadas pela empresa, verificam-se quedas acentuadas nas vendas do comércio, na procura e na oferta de bens e serviços, aumentando o desemprego e a economia informal.

A senadora observa que esse desaquecimento tem provocado perdas progressivas da arrecadação tributária do município, com a consequente precariedade dos serviços públicos essenciais, como educação e saúde.

*Em visita à Comissão Mista, presidente do Congresso elogia esforços dos parlamentares e anuncia a entrega da lei orçamentária ao Executivo dentro do prazo constitucional de 15 de dezembro, pela primeira vez nos últimos anos*

## ACM marca votação do Orçamento para quinta-feira

Ao visitar a Comissão Mista de Orçamento ontem à tarde, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a lei orçamentária será entregue ao Executivo dentro do prazo constitucional de 15 de dezembro, pela primeira vez em muitos anos. O senador cumprimentou os parlamentares pelo esforço realizado, e, depois de consultar a comissão, marcou para esta quinta-feira sessão do Congresso para votar o Orçamento de 1998.

- Estamos vivendo uma nova era no Congresso Nacional. Entregar o Orçamento no prazo não era coisa comum, mas vai passar a ser, na medida em que todos estão empenhados no cumprimento do dever. Da mesma forma, o trabalho no final de semana, sempre que necessário, passará a ser encarado como normal - afirmou.

No plenário da Comissão Mista, o presidente do Se-



Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso, e Ney Suassuna, presidente da Comissão Mista de Orçamento, durante uma visita de ontem.

nado fez um agradecimento especial pela rapidez na tramitação do Orçamento de 1998, que deverá ser votado na comissão até amanhã.

- O fato é importante para o Congresso e para todos nós. Cada político está feliz pela reabilitação da instituição perante a opinião pública, com a votação do Orçamento no prazo,

por mérito desta comissão - disse.

O senador reconheceu a responsabilidade do Congresso em respeitar o prazo, mas argumentou que o tempo de que os parlamentares dispõem para examinar o Orçamento adequadamente é muito pequeno. Ele defendeu a alteração da Constituição, de forma que a data de

apresentação da proposta pelo governo seja antecipada de agosto para meados do primeiro semestre.

Antonio Carlos discordou da tese segundo a qual o Orçamento é "uma obra de ficção". Para ele, o problema é que muitas vezes o Orçamento é superestimado, e aí acaba não sendo cumprido, pois o gover-

no tem essa alternativa, já que se trata de lei autorizativa.

- Temos que nos acostumar ao fato de que o Orçamento deve ser um espelho do que o governo vai realizar. Esta é uma prática que ainda não é da nossa cultura, mas tem que ser. O papel do Congresso é fazer um orçamento para ser cumprido - assinalou.

Sobre a previsão de R\$ 10,8 bilhões para investimentos em 1998, o senador ressaltou que é uma decisão adequada para o momento:

- Vivemos uma crise, no Brasil e no mundo, e, considerando esta situação, é uma solução. Vamos melhorar à medida que a arrecadação aumentar - observou.

Antonio Carlos confirmou que o Senado e a Câmara vão sugerir matérias para a pauta do período de trabalho extraordinário do Congresso, mas reiterou que a iniciativa da convocação será do presidente da República.

## Apreciação do relatório final termina hoje

A Comissão Mista de Orçamento deverá votar hoje o relatório final ao Orçamento Geral da União para 1998. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB) na reunião que iniciou, ontem, a discussão do parecer apresentado pelo relator-geral, deputado Aracely de Paula (PFL-MG).

Ney Suassuna destacou, no início da reunião, o "árido trabalho feito por todos os membros da comissão", lembrando que houve dias em que os parlamentares trabalharam até dezesseis horas. O senador ressaltou ainda que foi cumprido o cronograma, "o que já não ocorria há muito tempo", e que isso foi mérito de toda a comissão e do presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães.



Os membros da Comissão Mista de Orçamento tiveram o trabalho enaltecido por Suassuna, que lembrou jornada de 16 horas.

- Hoje, a Comissão de Orçamento está feliz, não só por causa do início dos debates do relatório final, mas também pela visita de Antonio Carlos Magalhães, que veio numa atitude de prestígio aos trabalhos da comissão - afirmou Suas-

suna. Antes da apresentação do relatório, alguns parlamentares formularam questões de ordem em torno da errata do parecer final, e também em relação a emendas atribuídas a órgãos do Executivo. O re-

lator Aracely de Paula explicou que a errata representava o acordo de bancadas e, por isso, teria de ser votada pela comissão.

Durante os debates, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) questionou o fato de al-

gumas obras que receberam restrições do Tribunal de Contas da União (TCU) estarem contempladas no relatório final e outras, não. "Ou colocamos todas as obras citadas pelo TCU ou não colocamos nenhuma", disse.

Também participaram dos debates os deputados Israel Pinheiro (PTB-MG), Chico Vigilante (PT-DF), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Giovanni Queiróz (PDT-PA), João Fassarella (PT-MG), Gonzaga Patriota (PSB-PE), Felipe Mendes (PPB-PI), Marcio Reinaldo (PPB-MG) e João Coser (PT-ES).

*Para corrigir erro de redação, senador apresenta requerimento à Mesa solicitando a republicação de medida do Senado que autoriza refinanciamento de dívidas do Ceará. Houve equívoco no nome do estado*

## Alcântara pede retificação de resolução

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou ontem requerimento à Mesa solicitando a republicação de resolução do Senado que autoriza refinanciamento de dívidas do Ceará para corrigir erro de redação. Ele pede que a expressão "Estado de São Paulo" seja substituída por "Estado do Ceará".

Conforme argumentou, o equívoco resultou da acolhida, em plenário, da emenda de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), visando dar uniformidade às autorizações de refinanciamento das dívidas estaduais. Segundo Alcântara, a vinculação proposta pela emenda referia-se ao programa assinado pelo estado do Ceará

e não ao assinado pelo estado de São Paulo, conforme foi publicado.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), no exercício da presidência dos trabalhos, informou que, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno do Senado Federal, não deverá haver dificuldades para atender a solicitação do senador.



Alcântara: emenda em plenário provocou o equívoco

## Roberto Requião quer evitar maior endividamento do estado do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apelou ontem ao PFL para que não apoiem os esforços que o governador Jayme Lerner vem fazendo para endividar mais ainda o Paraná. "Vamos apelar para a consciência pública, para o espírito público do PFL, para que não se comporte como torcida de futebol, tentando impor ao Paraná um sacrifício que o povo não tem mais condições de suportar", disse.

Requião considerou absurdo o comportamento partidária que essa legenda vem adotando em defesa da autorização do Senado para que o Paraná contraia empréstimos externos, só porque Lerner integra hoje o PFL. O senador lembrou que, ao deixar o cargo de governador, o Paraná era o estado mais solvente do Brasil, estando hoje na situação de gastar mais do que a receita arrecadada.

Recordou também que a folha de pagamento de pessoal atingia 58,61% da receita, tendo agora ultrapassados os 100%. Na opinião de Requião, o governador Jayme Lerner está determinado a transformar o Paraná numa Alagoas, daí por que não hesita em desembolsar receita tributária, como está fazendo ao incentivar a instalação das montadoras Chrysler, Renault e Volkswagen.

Requião disse que as denúncias sobre o processo de



Requião: mais sacrifício, não

corrupção que envolve o Paraná se sucedem, com a descoberta de novas obras pagas e não realizadas. Ele informou que são cerca de 60 os contratos da Secretaria de Agricultura que se somam ao que ele denunciou sexta-feira passada. Na ocasião, o senador afirmou que a conta pessoal do secretário de Agricultura recebeu parte dos R\$ 60 mil que o município de Faxinal deveria ter recebido para aplicar em uma obra.

O senador disse ter recebido a notícia segundo a qual peritos verificaram que, desses R\$ 60 mil, R\$ 300,00 foram empregados na caiação de um muro. O restante do dinheiro teria ido para a conta pessoal do secretário de Agricultura, do ex-prefeito de Faxinal e do deputado Milton Púpico, do PFL paranaense.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse possuir um grande volume de

documentos a respeito do desvio de recursos do governo do Paraná, acrescentando que esse desvio é sistemático na Secretaria de Agricultura. Ele informou ter levado ao conhecimento do governador Jayme Lerner esse pagamento de obras não realizadas pela Secretaria de Agricultura. E avisou que "a situação é tão grave que este assunto já está na Promotória Pública".

### CORREÇÃO

Na ocasião, o senador Roberto Requião corrigiu um equívoco cometido em seu discurso de sexta-feira, quando atribuiu ao secretário de Cultura do Paraná a prática de crimes na época em que era diretor de *leasing* do banco do estado. Ele leu em plenário carta enviada pelo secretário de Cultura, Eduardo Rocha Virmonde, sustentando que jamais foi diretor de qualquer *leasing*.

Requião reconheceu a confusão decorrente do fato de que a atual Secretaria de Esportes e Turismo já foi Secretaria de Cultura e Esportes no passado. Esclareceu que o secretário denunciado é o de Esportes e Turismo, Osvaldo Magalhães Santos, e frisou: "É praticamente impossível que qualquer paranaense de bom senso atribua qualquer deslize ao dr. Eduardo Rocha Virmonde, que conheço há muito tempo, como presidente da OAB e como advogado".

## Carta motiva denúncia de novo monopólio da White Martins

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a comentar ontem a elevação artificial dos preços da empresa White Martins, mostrando em plenário a carta que recebeu da Distribuidora e Transportadora Campos Verdes, do Paraná. Essa empresa informa que, assim como o oxigênio, o gás carbônico também está nas mãos da White Martins, que tem 98% do mercado brasileiro.

A Campos Verdes listou os empreendimentos que utilizam o gás carbônico no Brasil, citando entre eles os hospitais, e informou que a disparidade de preços desse produto é semelhante à do oxigênio. Diz também que, se os preços da White Martins são diferenciados até para a Presidência da República, mais preocupante é a situação dos estados.

A Campos Verdes elogia Requião como um brasileiro "de pulso firme e sem medo dos poderosos" e agradece ao senador por defender os que enfrentam dificuldades nesse mercado. "É isso o que acontece com o monopólio quando não existe o Estado regulador. E não é possível que a White Martins fature dessa forma absurda, fundamentalmente em cima dos hospitais públicos", disse o senador, ao ler a carta.

Requião pediu que as denúncias da Campos Verdes sejam enviadas à própria análise do Senado, que compra oxigênio; à Presidência da República, que, segundo comentou, paga preços superfaturados; ao Tribunal de Contas da União e ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

## Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

## Coral do Senado se apresentará hoje à noite

O Coral do Senado apresenta a partir das 18h30 de hoje, no Salão Negro do Congresso, o seu Concerto de Natal, regido pela maestrina Glicínia Mendes e acompanhado por vários músicos de Brasília. Para reforçar o clima de confraternização deste final de ano, o Coral do Senado será acompanhado, em algumas peças, por um coro infanto-juvenil, formado por filhos de funcionários da Casa e treinados pela própria regente do coral.

Entre os números que serão apresentados no concerto do Coral do Senado, destacam-se *Cântico de Maria*, de Buryl Red; *Festival de Natal*, com arranjos de Leroy Anderson; *Festival Sanctus*; e *Laudate*, de John Leavitt. Fora do tema natalino, o Coral do Senado apresentará também *Va Pensiero*, de Verdi; *Menestrel das Alagoas*, de Milton Nascimento; e *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso.

Entre os músicos que acompanham o Coral do Senado na sua apresentação de hoje estão o pianista David Reis e as crianças saxofonista Daniel Tavares e a violinista Samanta Mendes, esta última, de apenas sete anos de idade. O diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, está convidando toda a comunidade de Brasília a assistir ao concerto, que tem entrada franca.

Senador pede ao Legislativo que se una ao Executivo na luta para flexibilizar legislação e banir o fantasma que ronda a economia

## Hollanda: modernização da CLT para combater o desemprego

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) pediu ontem aos parlamentares que participem do esforço do Executivo no sentido de modernizar as relações trabalhistas no Brasil. Ele considerou indispensável que o Congresso se empenhe na revisão da legislação trabalhista, contribuindo para a flexibilização dos vínculos empregatícios, "se quisermos banir o fantasma do desemprego".

Ele observou que o alto grau de informalidade da nossa economia reflete a elevada carga tributária e os excessos burocráticos a que se sujeitam as empresas, e a informalidade na força de trabalho, hoje estimada em 55%, reflete o peso dos encargos sociais na composi-



Hollanda: legislação prejudica operário

ção dos custos de pessoal. Segundo o senador, "no afã de superproteger o trabalhador, a legislação trabalhista torna-se um instrumento contra a classe obreira, e não a seu favor".

Hollanda citou o livro *A Agonia do Emprego*, do economis-

ta Celso Pastore, que propõe a flexibilização das relações trabalhistas, com modificações de alguns mecanismos hoje previstos na legislação; sugere, também, alterações nos sistemas de representação profissional e no âmbito da Justiça do Trabalho, que vive sobrecarregada em suas funções - só no ano passado foram movidas nada menos que 900 mil ações trabalhistas.

O senador disse que, na opinião do professor Celso Pastore, o contrato coletivo de trabalho pode ser um instrumento útil da legislação trabalhista, adequando sua aplicação à realidade do porte das empresas e às variações de ordem geográfica.

## Turismo Cívico traz 1.700 pessoas ao Senado no fim de semana

O Senado recebeu no último final de semana mais de 1.700 visitantes, em sua maioria estudantes de 2º grau de todo o país, inscritos no Programa de Avaliação Seriada (PAS) - nova forma de acesso ao ensino superior que substituiu o vestibular -, em execução pela UnB.

Os jovens participaram do *Tour do Senado*, mantido pela Coordenação de Relações Públicas, conhecendo

as principais dependências da Casa, aspectos históricos e administrativos da Instituição, bem como a mostra permanente *O Senado Brasileiro do Império à República*, localizada no "Túnel do Tempo".

Atendendo a solicitação da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a Coordenação de Relações Públicas do Senado, com o apoio da Subsecretaria de Segurança Legislativa, montou um esquema

especial de recepção aos estudantes, e estendeu o horário de visitação, no último sábado, até às 18 horas.

Desde novembro de 1996, por decisão da Mesa Diretora, o Senado participa do circuito do turismo cívico, tendo sido pioneiro nessa iniciativa que faculta aos turistas e moradores do DF a visitação aos prédios públicos da capital federal também nos finais de semana.

## Francelino faz homenagem póstuma a Mari' Stella Tristão

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou a crítica de arte, professora, jornalista e curadora Mari' Stella Tristão, que faleceu no último dia 5, aos 78 anos, em Belo Horizonte. Ele lembrou que Mari' Stella exerceu diversos cargos públicos de expressão, nas áreas de educação, turismo e cultura, "ajudando a desenvolver projetos nas artes

visuais, na música, na dança, na decoração e na arte popular".

Segundo o senador, "Mari' Stella foi uma das mais expressivas culturas mineiras. O seu trabalho de difusão cultural, de articulação pelos interesses visuais, de mobilização da opinião pública em campanhas memoráveis de preservação de valores culturais do povo mineiro, de auxí-

lio desinteressado e até maternal aos jovens artistas que despontavam para o sucesso, valeu-lhe o conhecimento e o respeito de todos os mineiros".

- Colunista do *Estado de Minas* durante mais de 30 anos, Mari' Stella soube ocupar essa trincheira de luta para defender o desenvolvimento artístico mineiro - disse.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Leonel Paiva (PFL-DF) sobre o fim do pagamento compulsório à Previdência Social (inédito)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o jornalista Inimá Simões sobre as propostas de criação de um órgão de auto-regulamentação para o cinema e a televisão (representação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Leonel Paiva (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais - votação do projeto de lei dos planos e seguros de saúde
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (gravada)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 1h - Debate com o jornalista Inimá Simões (representação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens institucionais e especiais, e o programa "Fala Cidadão"

### RÁDIO SENADO

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

*Aperfeiçoamento do substitutivo da Câmara é atividade de difícil execução, alerta o senador, ao recomendar cautela. Ele também teme uma eventual rejeição da proposta, que levaria o assunto à "estaca zero"*

## Maldaner sugere comissão para planos de saúde



Boaventura: união de GO e DF

### Boaventura destaca consórcio de ecoturismo

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) destacou a importância do Consórcio Intermunicipal de Ecoturismo do Estado de Goiás e do DF, lançado recentemente. Conforme o senador, a iniciativa visa articular os agentes governamentais, o setor privado e a comunidade no sentido de propiciar a implementação de infra-estrutura adequada e a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento do ecoturismo na região.

Ele assinalou que a proposta pretende reunir os municípios goianos e as administrações regionais do DF com potencial sócio-econômico para o ecoturismo, com a finalidade de promover o seu planejamento regional e desenvolvimento integrado. Para o senador, além de promover o fortalecimento institucional dessas regiões, o consórcio objetiva estabelecer a conservação da área, a educação ambiental e o controle de qualidade do ecoturismo, entre outras metas.

Ele lembrou que desde a Eco-92 uma equipe multiprofissional e interdisciplinar do Brasil Central vem trabalhando para arrecadar recursos para as regiões do nordeste e do norte goianos, de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável e com os preceitos da Agenda XXI.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a constituição de uma comissão especial da Casa para propor emendas de caráter supressivo ao substitutivo da Câmara que regulamenta os planos de saúde. Para ele, se o Senado não fizer um exame cuidadoso do substitutivo, visando modificá-lo com emendas supressivas onde for necessário, há o "risco de vermos tornada lei a íntegra da decisão dos senhores deputados".

Segundo explicou, devido ao fato de o projeto ter sido apresentado pela Casa, as alterações ao substitutivo da Câmara só poderão ser feitas por meio da retirada de artigos, o que, a seu ver, é "de difícil exe-



Maldaner: desafogar o SUS

cução, podendo redundar em mal maior".

- Estamos em face de xate que nos impede toda decisão. Ou se aprova o texto que recebemos, sem modificação, ouvidos fechados à celeuma que se ergue, ou rejeitamos o projeto, retornando à estaca

zero em assunto que, há muito, está a reclamar legislação específica - acrescentou.

Embora tenha lembrado que o substitutivo recebeu críticas por atender a reivindicações de grupos privados de planos de saúde, "que hoje movimentam mais de R\$ 7,2 bilhões", o senador ressaltou a importância desses planos para desafogar o sistema público de saúde. "São 40 milhões de pessoas que já estão buscando outros caminhos de atendimento médico", esclareceu.

Para concluir, Casildo Maldaner apoiou a entrada de grupos estrangeiros no mercado de planos de saúde, por entender que o setor seria beneficiado com uma concorrência saudável e qualificada.

## Jucá quer esclarecer direitos das empresas e dos usuários

Reportando-se ao projeto sobre os planos de saúde, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais da Casa, o senador Romero Jucá (PFL-RR) manifestou sua preocupação no sentido de que a proposta que veio da Câmara e

que foi relatada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) "não perca as características de atuação e regulação de mercado".

- Na CAS, defenderei a permissão básica de uma regulamentação clara, dura, que exemplifique os direitos e deve-

res e as obrigações dos planos de saúde e de seus usuários, mas, jamais, uma camisa-de-força que engesse esses planos e retire do mercado milhares de brasileiros que são atendidos no momento por esses planos - afirmou.

## Guilherme Palmeira homenageia ex-prefeito Humberto Maia Alves

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) reverenciou a memória de Humberto Maia Alves, ex-prefeito da cidade de São Miguel dos Campos. Para ele, esse político, que faleceu em 24 de novembro, era um líder municipal de grande expressão e um exemplo para a família.

- Pai extremoso, companheiro dedicado, perdeu há dois anos a esposa Joana Figueiredo Alves, com quem construiu um sólido patrimônio moral de uma família cujos filhos dão continuidade a sua obra. Aliou à atividade pública a de empresário, dono que era do

cinema da cidade, e fez da política e da militância cívica as paixões de sua vida - destacou.

Palmeira frisou que, no exercício de seus três mandatos, Humberto Alves expandiu a cidade, criou novos bairros e melhorou o equipamento urbano, construiu escolas, postos de saúde, abrigo para idosos e moderna rodoviária.

- Alagoas perde um exemplo de virtudes de que a família pode se orgulhar. Não posso deixar de testemunhar a gratidão e admiração pelo companheiro que nunca faltou aos amigos, nunca de-



Palmeira lembra exemplo político sertou dos deveres e nem deixou, pelo amor, pelo exemplo, pelas atitudes e ação, de amar a cidade, o estado e o país - disse.

## Matéria está na pauta da CAS hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, em sessão extraordinária, para apreciar o substitutivo da Câmara ao projeto apresentado em 1993 pelo então senador Iram Saraiva (PMDB-GO), que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças pelos planos de saúde. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), sugere emendas supressivas ao substitutivo.

Na quarta-feira, a CAS se reúne para apreciar, em caráter terminativo, projetos de lei do Senado, inclusive o de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que visa permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; o que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico, do senador Francelino Pereira (PFL-MG); e o que trata da negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

A Comissão apreciará ainda, em caráter terminativo, na quarta-feira, projeto de lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) sobre a coleta e disposição final das baterias usadas de telefones celulares; e de Arlindo Porto (PTB-MG) que estabelece a criação de Comissões Intersindicais de Conciliação (CICs). Projeto de lei de autoria do deputado Paulo Bornhausen que dispõe sobre o serviço voluntário também está na pauta. A matéria, relatada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), recebeu várias emendas.